

O HOMEM ESQUECIDO:
O TRABALHADOR LIVRE NACIONAL NO SÉCULO XIX
SUGESTÕES PARA UMA PESQUISA

Peter L. Eisenberg (*)

(*) Do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

O HOMEM ESCOLAR:
O TRABALHADOR LIVRE NACIONAL NO SÉCULO XIX
SUGESTÕES PARA UMA PESQUISA

Paulo J. Eisenberg (*)

(*) Do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UNICAMP.

ABSTRACT

This article argues for the reexamination of the transition from slavery to freedom in São Paulo. The demographic evidence indicates a massive presence of free persons throughout the nineteenth century, even in those areas where coffee production led to a concentration of slave labor. In part, this free element may have grown due to internal migrations.

Free labor found employment in a variety of occupations on the coffee plantations, and also in the food crop sector, but only a few 19th century politicians argued for the systematic recruitment of these people to compensate for the increasing difficulties in acquiring slaves after 1850, when the international slave trade stopped.

Modern authors have suggested various hypotheses to explain why the paulista coffee planters preferred subsidizing European immigration to recruiting Brazilians. Some agree with the 19th century observers that the Brazilian worker was unable to produce as well as the foreigner; others argue that the Brazilian worker was discouraged by the severe work on the plantations. A different line of explanation identifies the costs of recruitment, both in economic and in socio-political terms, as unacceptable. Since none of these hypotheses seems adequate to explain the problem, they suggest the need for further research.

ABSTRACT

This article argues for the reevaluation of the transition from slavery to freedom in the Pacific. The demographic evidence indicates a massive movement of free persons throughout the continent, even in those areas where coffee production led to a concentration of slave labor. In part, this free movement may have been due to internal migration.

Free labor found employment in a variety of occupations on the outer fringes, and also in the food crop sector, but only a few of the country politicians argued for the systematic recruitment of these people to compensate for the increasing difficulties in recruiting slaves after 1850 when the international slave trade collapsed.

Modern authors have suggested various hypotheses to explain why the Pacific-Asian plantation preferred indentured European immigrants to recruiting Brazilians. Some agree with the 19th century observers that the Brazilian worker was unable to produce as well as the indentured laborer, others argue that the Brazilian worker was discouraged by the scarce work on the plantation. A different line of explanation identifies the costs of recruitment both in economic and in sociopolitical terms as unacceptable. Black men of their hypothesis seems adequate to explain the problem, they suggest the need for further research.

O HOMEM ESQUECIDO:
O TRABALHADOR LIVRE NACIONAL NO SÉCULO XIX
SUGESTÕES PARA UMA PESQUISA

Peter L. Eisenberg

Na historiografia que trata das relações sociais de produção no Brasil do século passado, encontra-se, com uma certa frequência, autores que afirmam que o trabalho livre tornou-se importante só muito tarde, quando aconteceram na década dos oitenta a chegada das primeiras levas da imigração européia maciça para o centro-sul e a lei abolindo a escravidão. Esta idéia parece até implícita no chavão de que a escravidão e o trabalho livre eram sistemas historicamente incompatíveis (Camargo, 1952: 57; Conrad, 1972: 257).

O meu propósito é de criticar esta idéia e sugerir o valor duma pesquisa que, enquanto examinará a transição do trabalho escravo para o livre, focalizará especialmente o trabalhador livre nacional numa área, São Paulo, onde tanto a escravidão como a imigração eram importantes até o fim do Império. Acredito possível que mesmo na área de café a transição se iniciava gradativamente durante o século XIX, e que um elemento chave para compreender este processo é o trabalhador livre nacional.

A chamada incompatibilidade do trabalho livre com o trabalho escravo tem sido constatada na ausência da imigração européia maciça antes da década de 1880, e na relutância dos imigrantes em trabalharem junto aos escravos⁽¹⁾. De fato, os escravos, em grande parte, trabalhavam num sistema de sanções negativas: o chicote do feitor e outros castigos, enquanto os imigrantes trabalhavam num sistema de incentivos positivos: parcelas da produção, salários, etc. (Holloway, 1972: 145-180). Houve porém escravos, chamados negros de ganho, que trabalhavam por conta própria e recebiam dinheiro, que davam para os seus donos, e que tinham condições

(1) Octavio Ianni (1966: 80-81). Emília Viotti da Costa (1966: 106) observa que os imigrantes portugueses eram mais inclinados a aceitar o trabalho junto aos escravos do que outras nacionalidades.



de acumular o seu pecúlio⁽²⁾. Sabe-se, também, que as experiências com os imigrantes não excluía castigos físicos. O propósito aqui não é de confundir o trabalho escravo com o trabalho livre, senão de sugerir que historicamente estes regimes se encontravam contemporaneamente e até parecidos em certos aspectos⁽³⁾.

O crescimento da população livre, fosse por reprodução natural, por emancipação de escravos, ou por imigração, era tanto no século XIX, que em quase todas as províncias do Império o número de pessoas livres era sempre maior do que o número de escravos (Klein, 1972: 314). Em São Paulo, a produção de café implicava em uma intensificação do uso de escravo até a década de 1880: esta intensificação reflete-se no crescimento, em termos absolutos, do tamanho da população escrava até 1874 (Tabela I).

Mas mesmo em São Paulo, a população escrava não chegava nem à terça parte da população global. Até nas zonas mais produtivas do café, antes da abolição, no Vale do Paraíba e no Oeste Velho, a população livre constituía a grande maioria (Tabela II).

É claro que a simples constatação demográfica de que os livres eram mais numerosos, não nos permite concluir que o trabalhador livre predominasse nas relações de produção. Entretanto, o fato coloca uma série de perguntas a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em primeiro lugar, de onde vieram estes livres? Pela Tabela I pode-se calcular que, em apenas 20 anos entre 1854 e 1874, a população livre da província mais do que dobrou, enquanto a população escrava cresceu apenas 33%. Sabe-se que 6.249 entradas de imigrantes para São Paulo foram registradas nesta época, e um total de 14.315 estrangeiros — sem incluir os africanos — foi contado em 1874. Mesmo supondo que cada um destes estrangeiros tivesse formado uma família de 7 pessoas nascidas em São Paulo, isto é, que todos os estrangeiros viessem solteiros, se casaram

(2) Na Bahia colonial, Stuart Schwartz (1974: 102) descobriu que 81% das 613 cartas de alforria registradas em 61 anos, foram compradas pelos próprios escravos. Uma média anual de 8 alforrias por conta de escravos evidentemente não significava muita mobilidade, onde a população escrava do Recôncavo somava a 50.000 (Azevedo, 1969: 185). Mas o que chama a atenção é a existência de uma relação de produção onde o escravo tinha condições de acumulação, e a frequência com que a alforria resultou destas condições. É preciso uma pesquisa do tipo da do Schwartz para a segunda metade do século XIX; existe um estudo de Katia M. Queiroz Mattoso (1972: 23-52), mas sem indicar quantas cartas de alforria foram adquiridas pelos escravos. Mattoso calculou, entretanto, que somente uma minoria das cartas eram pagas (pág. 44). Veja também Stanley Stein (1957: 86-90), que lembra que os escravos das fazendas de café do Rio de Janeiro constituíam "um grande mercado potencial" desde que ganhassem alguma coisa que lhes permitia comprar aos mascates.

(3) José de Souza Martins (1975: 53-54) aponta as semelhanças entre o trabalho escravo e os trabalhos dos imigrantes nas primeiras colônias. Veja também Michael M. Hall (1969: 124-125).

TABELA I

ESCRAVOS NA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO

ANO	Escravos	Total	Escravos/Total (x 100)
1798	32.491	141.041	23,0
1800	42.209	169.644	24,9
1803	44.131	204.009	21,6
1808	37.843	170.954	22,1
1811	48.150	209.119	23,0
1815	51.272	215.730	23,8
1818	48.293	197.113	24,5
1822	63.697	244.435	26,1
1828	74.822	257.645	29,1
1836	91.184	326.902	27,9
1854	117.238	411.850	28,5
1874 (*)	156.612	837.354	18,7
1886	107.329	1.221.394	8,8

Fontes:

1798, 1808, 1818, 1828 — Maria Luiza Marcílio, "Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836", trabalho apresentado à Conferência de Estudos Populacionais da Fundação Ford (Rio de Janeiro, junho de 1976), p. 6. Não se inclui a população da cidade de São Paulo.

1811, 1815, 1836, 1854, 1874, 1886 — Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, 3.^a edição (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971), pp. 40, 49.

1800, 1803, 1822 — Klein, "Nineteenth Century Brazil", p. 314.

(*) Os dados para o recenseamento de 1872 foram colecionados em 1874. Veja *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exmo. Sr. Dr João Theodoro Xavier, Presidente da Província, no dia 14 de Fevereiro de 1875* (S. Paulo: Typographia do "Diário", 1875), p. 113.

TABELA II

LIVRES NA POPULAÇÃO DE REGIÕES PAULISTAS (*)

Zona Norte (incluindo Vale do Paraíba)

ANO	Livres	Total	Livres/Total (x 100)
1822	55.880	75.861	73,4
1836	71.697	103.355	69,4
1854	92.290	123.948	68,0
1874	202.911	251.433	80,7
1886	300.145	329.233	91,2

Zona Central (incluindo Oeste Velho)

1822	53.074	75.128	70,5
1836	73.508	102.826	71,5
1854	90.219	128.257	70,3
1874	174.065	228.383	77,1
1886	260.516	219.699	89,3

Fontes:

- 1822 — Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica, Códice 808, v. 4, folha 262.
- 1836 — Daniel Pedro Mueller, *Ensaio d'un Quadro Estatístico da Província de São Paulo* (São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838, Reedição Litteral pela Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1923).
- 1854 — “Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no Anno de 1854”, em *Discurso com que o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor Antonio Roberto d'Almeida, Vice Presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no Dia 15 de Fevereiro de 1856* (S. Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1856).
- 1874 — *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872. Quadros Estatísticos*, 23 vols. (Rio de Janeiro: 1873-76), parte 19, pp. 427-430.
- 1886 — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística composta dos Senhores Sr. Elias Antonio Pacheco e Chaves, Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolpho Augusto Pinto, Abilio Aurelio da Silva Marques* (São Paulo: Leroy King Bookwalter Typographia King, 1888).

(*) A definição das regiões da Zona Norte e da Zona Central encontra-se em Sérgio Milliet, *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, 3.^a edição (São Paulo. Coleção Departamento de Cultura, v. XXV, 1941).

com brasileiros e tiveram 6 filhos, o impacto global da imigração estrangeira ($7 \times 14.315 = 100.205$) não teria chegado nem à terça parte da diferença (385.630) entre as duas contagens da população livre em 1854 e 1874. Deste modo parece-nos necessário atribuir a maior parte desta diferença ao crescimento natural e à migração interna(4).

Segundo os cálculos de Maria Luiza Marcílio (1974:157-160), a taxa anual de natalidade no período 1798-1836, não era mais do que 55 nascimentos por mil pessoas, enquanto a taxa anual de mortalidade era pelo menos 42 por mil, o que deixa uma taxa geral de crescimento natural da população livre e escrava paulista de apenas 1,3% anualmente. Se esta taxa tivesse continuado entre 1854 e 1874, teria produzido um aumento de 121.576, para chegar a um total de 533.246. Esta cifra está 274.486 abaixo da população nativa, seja livre ou escrava, recenseada em 1874; provavelmente, a diferença pode ser atribuída em grande parte ao impacto da migração interna. Em outras palavras, se a taxa de crescimento no terceiro quarto do século XIX fosse a mesma que no primeiro, e as contagens de 1854 e 1874 fossem do mesmo nível de precisão, a migração interna teria resultado num aumento populacional mais do que duas vezes maior que aquele produzido pelo crescimento natural(5).

Qual era o serviço destes trabalhadores livres? Sabe-se que certas tarefas, desde a colônia eram desempenhadas por trabalha-

-
- (4) Hall (1969: 182): *Recenseamento da População do Império... 1872*, parte 19, pág. 433. O aumento na população escrava deve ser atribuído, em grande parte, ao tráfico interprovincial. Robert Slenes (1976: 610-616) colheu dados que permitem calcular uma média anual de migração líquida, isto é, as entradas menos as saídas, de 2.364 escravos para São Paulo entre 1873 e 1887. Projetando esta média para os anos de 1854-1874, temos um total de 47.280 escravos, acrescentados à população escrava da província como resultado do tráfico interprovincial, não muito diferente do aumento de 39.374 entre os recenseamentos de 1854 e 1874. A diferença para menos destes recenseamentos deve se atribuir às mortes. Tiramos a média das duas estimativas de Slenes. Para a importância da morte como limite sobre o tamanho da população escrava, veja nosso artigo (1972: 188).
- (5) A contagem de 1874 identificou 91.045 livres e 8.971 escravos em São Paulo, que nasceram em outras províncias. A diferença entre esta cifra e a nossa estimativa da migração interna se atribui, em primeiro lugar, ao fato de que muitos imigrantes vieram como solteiros, e formaram as suas famílias em São Paulo; os membros destas famílias, evidentemente, não constariam como naturais de outras províncias. Em segundo lugar, é possível que a contagem que usamos de 1854 fosse mais imperfeita, no sentido de subenumeração, do que aquele de 1874, de modo que a diferença entre as duas populações fosse na verdade menor. Finalmente, é possível que a riqueza gerada pelo crescimento da economia cafeeira em São Paulo, entre 1854 e 1874, fosse o bastante para possibilitar uma taxa de sobrevivência maior do que 1,3% anualmente. Lef e Klein (1974: 57) calcularam uma taxa anual de crescimento natural entre 1,54 e 1,89% para as décadas de 1850, 60 e 70, para o Brasil inteiro. Usando a média destas taxas, 1,7% descobrimos, então, que a população nativa teria

dores livres. Pela descrição de Antonil, uma das mais completas sobre o funcionamento do engenho de açúcar, vê-se que na Bahia do fim do século XVII, o grupo de trabalhadores livres empregados na produção de açúcar incluía os lavradores, o feitor-mor e os feitores menores, o mestre do açúcar, o sotomestre, o banqueiro e o ajudante-banqueiro, o purgador, o caixeiro, os carapinas e calafates, e os marinheiros, todos ganhando “soldadas” estipuladas como “a seco” ou não. Esta descrição deixa evidente que na colônia os cargos exigindo maior qualificação ou responsabilidade podiam ser atribuídos aos livres(6).

No século XIX as referências ao trabalho livre no setor de exportação tornam-se mais freqüentes. O trabalhador livre continua com destaque nos cargos de confiança, como feitor ou transportador. Também era comum usar o livre nacional, chamado “camarada”, para tarefas perigosas, como o desbravamento da mata, onde um acidente podia acarretar despesas inconvenientes se o acidentado representasse um investimento para o fazendeiro, como teria sido o caso com os escravos ou com os imigrantes de passagens custeadas(7).

Serviços de baixa rentabilidade também se encontram entre as tarefas dos trabalhadores livres. Como na colônia um dos motivos de concentrar o uso de escravos nos setores de exportação era que mormente aqueles setores permitissem amortizar rapidamente o investimento no escravo, assim também no século XIX era mais interessante comprar escravos para trabalhar no café do que para trabalhar na provisão de gêneros alimentícios (Furtado, 1975: 12). Quando o fim do tráfico internacional elevou os preços de escravos para o dobro de seu valor em 1850, esta tendência só podia ser acentuada. Assim, ainda na década de 1850 encontra-se o Presidente da Província de São Paulo informando ao Diretor Geral das Terras

umentado para 589.357, em 1874, ainda muito aquém da população recenseada. Esta hipótese, que houve uma migração importante de gente livre para São Paulo no período de 1854-74, ganha força com a conclusão de Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971: 22), que para São Paulo, no período 1872-90, houve uma migração de brasileiros equivalente a 9,01% da população recenseada em 1872.

- (6) André João Antonil (1968). Na introdução para a sua edição desta obra clássica, Alice P. Canabrava (1967: 60) supunha que “não existia ainda delimitação rígida quanto ao uso da mão-de-obra livre e a escrava nos ofícios manuais especializados” e “possivelmente, as linhas de restrição fluíam ao sabor das circunstâncias e das necessidades”. A segunda sugestão de Canabrava nos parece mais acertada do que a primeira; esta implica em que a tendência era para o uso exclusivo de trabalho livre em certas atividades no engenho, da qual duvido. Veja também Marusia de Brito Jambreiro (1973: 28), onde a lista de assalariados é salientada.
- (7) Alberto Passos Guimarães (1964: 58); Viotti da Costa (1966: 145, 218); José Arthur Rios (1973: 9-14); Roberto C. Simonsen (1973: 207-208); Warren Dean (1976: 20).

Públicas a respeito de salários diários pagos aos “trabalhadores que cultivam a terra” para produzir milho, feijão, mandioca e arroz, além do café, em 40 municípios(8).

A esses tipos de trabalhadores livres deve-se acrescentar os moradores e agregados, que ganhavam direitos de usufruir a terra alheia em troca de seu trabalho ou duma porção dos frutos do seu trabalho naquela terra. Esta gente constituía uma mão-de-obra para uso eventual durante épocas de maior atividade, como a safra, e também fornecia produtos de consumo para a fazenda. Embora não percebendo uma remuneração monetária, este elemento era comum nas fazendas de café(9).

Comprovado, então, que o elemento livre nacional tinha grande peso demográfico e participava de diversas maneiras na agricultura de exportação por muito tempo antes da abolição, surgem as perguntas: por que este elemento não foi melhor aproveitado na expansão do café em São Paulo? Como se explica que o mercado de trabalho rural nesta província se abasteceu com a imigração europeia, principalmente a partir dos meados da década de 1880?

Não se pode dizer que o trabalhador livre nacional no século XIX não tivesse os seus defensores. Em meados da década de 1850, após o malogro da colônia na fazenda Ibicaba do Senador Nicolau Vergueiro, o presidente da província de São Paulo pediu à Assembléa Provincial que apoiasse “a colonização pátria”, e perguntou “se só com a subvenção ao estrangeiro podemos chamá-lo à nossa comunhão, por que deixaremos em abandono os próprios patricios?... Clamamos por falta de braços, e entretanto não nos utilizamos daqueles que possuímos”(10).

-
- (8) *Relatório apresentado pelo Excellentíssimo Senhor Desembargador Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente da Província de S. Paulo, ao seu 1.º Vice Presidente, o Excellentíssimo Senhor Doutor Antonio Roberto de Almeida, entregando a Presidência da mesma província, pág. 11 e documento n.º 2, São Paulo, Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1857.*
- (9) Entre os estudos já citados, uma boa descrição destas relações de trabalho, que passa além de simples exposição de direitos e obrigações, é a de Maria Sylvia Carvalho Franco (1970: cap. II). Carvalho Franco privilegia, talvez em função da documentação de processos crimes que ela usou, as relações morais entre estes trabalhadores livres e os fazendeiros. É necessário também um estudo que examine as relações econômicas desta gente, visando, por exemplo, por que certas relações de produção prevaleciam, e qual era a importância material destas atividades.
- (10) *Discurso com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no Anno de 1859, pág. 19, São Paulo, Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1859. Discurso com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no Anno de 1860, pág. 14, São Paulo, Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1860.*

Quando, no começo da década de 1880, as pressões abolicionistas aumentaram, sem que a imigração européia chegasse a ser maciça, a alternativa de trabalhadores livres nacionais novamente foi cogitada. André Rebouças (1833: 50, 384) se referiu a “um milhão de índios”, no planalto central, e “um milhão de mestiços” no vale do rio São Francisco, além dum “milhão de seres que a rotina e a ignorância conservam na escravidão”, “que somavam três milhões de homens desaproveitados e mal aproveitados”. Para suprir os braços adicionais, Rebouças defendia a abolição, reformas que induziriam a imigração espontânea, e “melhor aproveitamento da população nacional, dando-lhe vias de comunicação, instrução e indústria”. No mesmo ano, Antonio Coelho Rodrigues (1884: 88) concordava que os libertos eram “os substitutos naturais — senão únicos possíveis — dos escravos”. Na véspera da abolição, o senador paulista Joaquim Floriano Godoy (1887: 43, 77) insistiu que “o braço nacional é tão numeroso e hábil para o trabalho que pode por estirado tempo encher os claros abertos pelas libertações”, e afirmava a sua “inteira confiança no trabalhador nacional”, a quem estava “reservada a missão de substituir por longo tempo o trabalhador escravo”(11).

Apesar destas vozes isoladas apelando para um melhor aproveitamento do braço nacional, como é sabido, foi o braço estrangeiro que mais interessou aos paulistas, que se empenharam para trazer novos trabalhadores para a província. Como, então, se explica esta preferência?

Em termos gerais, os estudiosos modernos têm dois tipos de hipóteses(12). Um tipo atribui ao elemento nacional uma incapacidade ou falta de vontade de participar no setor de exportação. Outro tipo aponta as circunstâncias fora do controle do próprio elemento, que constituíram barreiras insuperáveis impedindo a sua participação na economia do café.

(11) Não incluímos entre os defensores do trabalhador nacional A. C. Tavares Bastos, por ter ele sido ambíguo a respeito. Num artigo (1975a: 184), ele elogiou “o melhor trabalhador dos países tropicais, o negro indígena e aclimado”. Mas, em outro (1975b: 77, 90), ele afirmou que “o homem livre, o homem branco” era “muito mais inteligente que o negro, que o africano boçal”, e acrescentou que “o europeu é incomparavelmente superior ao africano quanto à qualidade dos produtos e à variedade das indústrias e culturas que pode exercer”.

(12) Uma provocativa abordagem preliminar desta problemática foi feita por Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971: 42-46), que distinguiram cinco fatores para entender porque não houve mais migração interna antes de 1900: os interesses dos fazendeiros e dos trabalhadores livres, a intensidade das forças provocando emigração das regiões de origem, os custos de transporte, e a oposição política à migração interna no Brasil. A nossa análise considera não só os problemas em recrutar mão-de-obra de outras regiões do Brasil, mas também dentro de São Paulo.

Uma fórmula mais simples do primeiro tipo alega que “a taxa de reprodução da população livre de cor era considerada insuficiente para as necessidades de braços” (Skidmore, 1974: 24). A expansão rápida destas necessidades em São Paulo, em função da técnica do uso intensivo da mão-de-obra para aumentar a produção de café, resultou num desequilíbrio entre a procura e a oferta da mão-de-obra, que só pôde ser compensado pelo recrutamento fora da região. O incremento no tráfico interprovincial de escravos em direção a São Paulo após 1850, e mais tarde o paralelo entre a imigração maciça e a expansão do café na década de 80, parece confirmar que a produção exigia mais mão-de-obra que a própria província podia fornecer. O que não é tão claro, entretanto, é porque a solução encontrada foi a de importar estrangeiros em vez de recrutar, como se fez no tráfico interprovincial, elementos nacionais.

É fácil encontrar na literatura do século XIX autores que culpam não o número mas a qualidade do elemento nacional, e o condenam como ocioso, indolente e preguiçoso. Paula Beiguelman nos oferece uma boa amostra de tais opiniões entre autoridades provinciais de São Paulo, e Emília Viotti conclui que a maioria dos fazendeiros tinha uma opinião negativa a respeito do elemento nacional. Thomas Skidmore indica os estrangeiros como Arthur de Gobineau, José Ingenieros, Louis Couty e Louis Agassiz que, imbuídos duma ideologia racista, responsabilizaram a população nativa pelo atraso do Brasil.

Uma versão moderna deste racismo alega que “a separação de seus lares e instituições conhecidas davam aos imigrantes italianos uma maior orientação e incentivo de explorar as oportunidades econômicas abertas, do que seria típico dos trabalhadores caboclos volantes da agricultura de subsistência”. Mas, por que acreditar que esses estrangeiros também eram melhor motivados para vencer do que os migrantes internos, que também deixaram tudo para tentar a vida a milhares de quilômetros de distância?(13)

Se no século passado opiniões negativas sobre o caipira refletiam um julgamento da psicologia da pessoa ou da raça, no século atual considera-se que as deficiências aparentes são explicadas como resultado do ambiente em que vivia. Como diz Celso Furtado (1975: 120-121), “o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência”. Se tal caboclo utilizava técnicas e ritmos de trabalho que não eram dos mais produtivos, era exatamente porque o valor do seu produto era quase nenhum. Antonio Cândido (1971: 48, 52, 55, 83-86) identifica um dos determinantes da baixa produ-

(13) Paula Beiguelman (1968: 122-124, 128); Viotti da Costa (1966: 126) e Skidmore (1974: 29-32). Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971: 42) acreditam que esse racismo era mais característico dos “intelectuais urbanos” do que dos fazendeiros. Entretanto, a versão moderna do racismo é destes dois autores.

tividade desta agricultura, quando ele nota que a lavoura caipira era essencialmente nômade, em função da insegurança da posse da terra. Tanto o regime das sesmarias, como as restrições das terras devolutas e a prática de usar a força para apoderar-se delas, impediam que o trabalhador rural tivesse garantias de sua posse; e a situação pouco mudou após a Lei n.º 601, de 1850, que estabeleceu regras para a posse de terras (Dean, 1971: 606-625). A abundância de terras no este paulista, e a baixa densidade demográfica, parecem contradizer essa situação de escassez de terras. Mas antes de supor que o caipira podia se sustentar com terras próprias na fronteira, é preciso avaliar as desvantagens que ele lá sofreria: ataques de índios, distância de mercados, falta de serviços públicos, isolamento social, etc. Estas desvantagens tornavam a vida do pioneiro problemática. Além disso, é preciso comprovar ainda a disponibilidade de terras no oeste para o caipira. Exatamente porque essas terras foram as mais utilizadas para as novas fazendas de café, o processo de apropriação dessas terras pelo pequeno produtor não era fácil: as terras devolutas eram escassas no século XIX, e o avanço da frente pioneira de café acarretava a expropriação dos pequenos proprietários, que entravam em relações de dependência semelhantes àquelas das áreas mais antigas (Schorer Petrone, 1975: 375-399; Dean, 1976, cap. 1).

Existe também uma corrente de explicação que atribui à escravidão o desinteresse do elemento livre para o trabalho no setor de exportação. Joaquim Nabuco (1977: 153) deplorava a “terrível influência de escravidão” sobre o trabalhador livre que “não tinha lugar na sociedade”. Celso Furtado (1975: 139-140) afirma que “as vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas”; mas depois ele volta a insistir que “o homem formado dentro desse sistema (escravidão) está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos”, e grifa o “reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão”. Este tipo de explicação, aparentemente, refere-se ao indivíduo emancipado, cuja experiência como escravo o teria estragado para o trabalho livre. Mas ninguém ousa afirmar que a taxa de emancipação era tão elevada que estes libertos representavam a maior parte dos trabalhadores do século XIX. Pelo contrário, em São Paulo do século passado, a população branca era sempre a maior fração étnica (Klein, 1972: 314). E nada indica que nas outras províncias a maioria da população livre, embora de cor, fosse composta de libertos, mas sim dos seus descendentes e dos frutos da miscigenação entre livres e escravos. Assim fica difícil ver como uma experiência como escravo debilitava a maior parte dos trabalhadores livres nacionais.

Se não fosse a experiência na escravidão, talvez fosse no regime de trabalho das fazendas de café onde estivesse o problema. Antonio Cândido (1971: 80, 82) sugere que “o trabalho escravo criou

condições dificilmente aceitáveis para o homem livre, que refugou também, posteriormente, a dependência social do colonato”, e constata “certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio de cana e do café”. Beiguelman (1968:124, 144) parece que está endossando esta idéia quando ela apela para “a falta de motivação sócio-econômica do caboclo”, e a falta de “estímulos psico-econômicos” como empecilhos para o elemento nacional trabalhar nos mesmos serviços que o imigrante. Sabemos que muitos escravos fugiram dos cafezais após a abolição, para nunca mais voltar, e que mesmo os imigrantes contratados freqüentemente largaram as fazendas antes ou logo depois de findar os seus contratos, para procurar vida melhor na cidade ou para voltar aos países de origem⁽¹⁴⁾. Então, por que deve-se estranhar que elementos nacionais, tendo a subsistência semi-nômade como uma alternativa, preferissem não trocar suas vidas mais simples pela possibilidade de acumular pecúlio às custas dum trabalho que desagradava muita gente?

De fato, nenhum mercado de trabalho é tão perfeito que a mobilização de braços implique certos custos a serem assumidos pelo patrão, pelo trabalhador, ou por uma outra agência. Assim, há quem dê ênfase ao custo econômico e político de recrutamento do braço nacional como um impedimento sério. Furtado (1975:121) aponta para a dispersão da população nativa, e as suas obrigações para com os grandes proprietários. “O recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma [economia de subsistência] seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos”.

Qual seria o custo desta mobilização? Nathanael Leff (1972: 3-21) identifica o custo interno de transportes, mesmo na época de estradas de ferro e barcos a vapor, como alto demais para permitir o fluxo fácil de trabalhadores entre regiões. Mas se este custo era alto para o trabalhador, não era tanto para o empregador e para o governo que este influenciava. Assim sabe-se que quando os paulistas queriam estimular a imigração européia, eles resolveram custear as passagens transatlânticas para facilitar este movimento. E quando houve necessidade de braços na área de exploração da borracha, “os governos dos Estados amazônicos interessados orga-

(14) Sobre o abandono das fazendas pelos ex-escravos, após a abolição, ver Roberto Simonsen (1973:266); Florestan Fernandes (1965:17, 50) e Beiguelman (1968:132-137). Um sumário das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes contratados encontra-se em Hall (1969:119-138), que dá também o número de imigrantes que resolveram deixar o Brasil em vez de continuar trabalhando em São Paulo: mais de 43% do total que entrou entre 1846 e 1914 (págs. 182-183). Thomas H. Holloway (1974:188) tem dados para o período entre 1887 e 1935, que comprovam que uma terça parte dos imigrantes abandonaram o Brasil.

nizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte”(15).

Além dos custos de transporte dos trabalhadores, existia o custo político de conseguir a cooperação dos grandes proprietários. “A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político que entrava em jogo” (Furtado, 1975: 121). O interesse do grande proprietário era o de manter uma população dependente na sua propriedade por fins econômicos, políticos, sociais e até militares. Dificilmente ele ia ver com tranqüilidade o êxodo desta população para outras fazendas ou regiões. Como lembra Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco, os fazendeiros usavam até “os vínculos de tipo patrimonial” para prender o elemento nacional que, em troca, gozava de “relativa estabilidade de suas condições de vida, a acomodação encontrada no plano econômico-social e o caráter do horizonte cultural inerente a ordem patrimonial”(16).

Embora sofisticada, esta hipótese weberiana não satisfaz plenamente, porque é fácil achar gente livre que não se deixava prender por tais laços patrimoniais. As autoridades provinciais reclamavam repetidamente que muitas pessoas livres não aceitavam emprego fixo, viviam do furto, da esmola e da vadiagem(17). Além dos chamados vagabundos e vadios, muitos trabalhadores empregados como tropeiros teriam ficado desempregados depois da construção de estradas de ferro após 1850, e podiam ter ingressado nas turmas dos cafezais (Eisenberg, 1977: 73). Não sabemos ainda como e porque tais laços patrimoniais prendiam o trabalhador, e como e porque tantos outros escaparam da sua influência.

Nenhuma das explicações arroladas para compreender a dificuldade de aproveitar o elemento nacional parece adequada para tornar compreensível os momentos na história brasileira, quando aconteceram grandes migrações de trabalhadores livres nacionais de

(15) Furtado (1975: 133); John Melby (1942: 452-469). Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971: 45), acreditam que os custos de transporte da Itália para Santos provavelmente não eram maiores do que os de Fortaleza ou Recife. Porém, é preciso verificar esses custos das passagens marítimas.

(16) Ianni (1966: 99-100). Carvalho Franco (1970: 81-94) pressupõe que somente uma desapropriação completa dos meios de produção teria jogado o nativo na lavoura cafeeira, como de fato aconteceu com os italianos superados das suas lavouras na Europa. Para ela, mesmo o usufruto precário da situação de morador e agregado impedia o elemento nacional de tornar-se um assalariado (pág. 195).

(17) *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo, 1846-47*, São Paulo, Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, págs. 243-256, 1925. *Relatório da Repartição da Policia da Provincia de S. Paulo, 1871*, São Paulo, Typographia Americana, págs. 23-24, 1872. Estes elementos vadios existiam desde a colônia (Prado Júnior, 1963: 280).

regiões de economias mais fracas para regiões de economias mais vigorosas. Tais momentos incluem a corrida para o ouro e diamantes em Minas Gerais no século XVIII, que trouxe não somente imigrantes da Metrópole, mas também nordestinos que desceram das antigas áreas da lavoura e da pecuária para a área mineira (Boxer, 1962: 62-63). Tampouco pode ser esquecido que, ao mesmo tempo que os fazendeiros pensavam em importar europeus, dezenas de milhares de nordestinos flagelados pelas secas de 1876-79 migraram para o oeste, onde encontraram trabalho em seringais, e até para o sul. Furtado (1975: 131-132) acredita que “se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país”, e lembra que “a imigração européia para a região cafeeira deixou disponível o excedente da população nordestina para a expansão da produção da borracha”. Octavio Ianni (1966: 99) apenas inverte o argumento quando ele diz que por causa do fluxo de trabalhadores nacionais para os seringais, “a cafeicultura não teve condições para suprir-se no mercado interno”. Estas migrações internas novamente nos comprovam que o elemento nacional era capaz de se comportar como qualquer outro trabalhador livre, respondendo a incentivos positivos no mercado de trabalho.

Um fator final, lembrado por Graham e Buarque de Hollanda Filho, é a diferença nas forças “expulsando” os emigrantes de suas regiões de origem. Os dois autores afirmam que “o desemprego e miséria rural provavelmente gravavam mais intensamente na Itália do que mais nas regiões em estagnação do leste e nordeste do Brasil”, de modo que os governos italianos incentivaram a emigração enquanto os governos nordestinos procuraram meios de evitá-la. É difícil comparar graus de miséria, e injustificado atribuir a diferença nas atitudes dos governos somente a uma alegada miséria maior, mas de toda forma será importante avaliar, como raramente os estudos sobre a imigração ao Brasil fazem, as situações nas regiões de origem⁽¹⁸⁾.

Parece claro que não sabemos muito ainda como vários fatores condicionavam o aproveitamento dos trabalhadores nacionais durante a escravidão. Tampouco parece viável insistir que as relações de produção escravista monopolizavam as relações de trabalho antes da década de 1880. Desde a colônia, o elemento livre tem tido um papel na economia do país, e em vista do seu crescimento demográfico, dá para desconfiar que tal papel era cada vez maior.

Para esclarecer as condições de trabalho e as condições de vida deste elemento, achamos que devem ser analisados os tipos múltiplos de trabalhadores, salientando as diferenças entre, por exemplo, agricultores na economia de subsistência e moradores e agregados,

(18) Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971: 44). Um dos poucos estudos que consideram a situação na Itália é o de Constantino Ianni (1963).

e entre “vadios” e camaradas que ganhavam por dia ou tarefa. Quais eram os custos para o fazendeiro de empregar estes grupos e quais eram as recompensas que os trabalhadores recebiam? Quais forças eram capazes de deslocar estes trabalhadores para outras áreas ou outros serviços? Qual era a sua capacidade real de trabalho? Nunca deve ser esquecido que mesmo quando o elemento estrangeiro veio a predominar no oeste paulista, o elemento nacional continuava a ser quase o único fornecedor de braços para a lavoura e muitas outras atividades no norte, nordeste e oeste do país. De onde, então, veio a especificidade de São Paulo? Certamente uma pesquisa procurando respostas a estas e outras perguntas, nos diria muita coisa nova sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e tiraria do anonimato este homem esquecido, o trabalhador livre nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil*, introdução e vocabulário de A. P. Canabrava. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, I e II*, tradução e comentário de André Mansuy. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968.
- AZEVEDO, Thales. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Bahia, Ed. Itapuã, 1969.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.
- BOXER, Charles R. *The golden age of Brazil, 1695-1750. Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1962.
- BRITO JAMBEIRO, Marusia de. *Engenhos de Rapadura*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.
- CAMARGO, José Francisco. Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1 (153) : 57. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1952, 3 vols.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971, 2.^a ed.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1970.
- CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery (1850-1888)*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1972.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford University Press, 1976.
- Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 51 (4) : 606-625, nov. 1971.
- EISENBERG, Peter L. A Abolição da Escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco. *Revista de Estudos Econômicos*, 2 (6), dez. 1972.

- Modernização sem mudança. *A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra/UNICAMP, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes, 1* : 17, 50. São Paulo, Dominus/Universidade de São Paulo, 1965.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975, 13.^a edição.
- GODOY, Joaquim Floriano. *O elemento servil e as câmaras municipais da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.
- GRAHAM, Douglas H. & BUARQUE DE HOLLANDA FILHO, Sérgio. *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1971.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1964.
- HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1870-1914*. Columbia University, 1969 (tese de Doutorado).
- HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações, na economia cafeeira de São Paulo (1885-1915). *Revista de Estudos Econômicos*. 2(6), parte 1, dez. 1972.
- Migration and Mobility: Immigrants as Laborers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934*. University of Wisconsin, 1974 (tese de Doutorado).
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.
- IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- KLEIN, Herbert. Nineteenth Century Brazil. In: COHEN, David W. & GREENE, Jack P. (organizadores). *Neither nor Free. The Freedmen of African Descent in the Slave Societies of the New World*. Baltimore e Londres, Johns Hopkins University Press, 1972.
- LEFF, Nathaniel. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 26(1) : 3-21, jan./mar. 1972.
- LEFF, Nathaniel H. & KLEIN, Herbert S. O crescimento da população não-européia antes do início do desenvolvimento do Brasil do século XIX. *Anais de História, VI*. Assis (SP), 1974.
- MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução paulista, 1700-1836*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974 (tese de Livre-Docência).

- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MELBY, John. Rubber River: an Account of the rise and collapse of the Amazon Boom. *Hispanic American Historical Review*, 22(3): 452-469, ago. 1942.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis, Ed. Vozes Ltda./ Instituto Nacional do Livro, 1977.
- QUEIROZ MATTOSO, Katia M. A propósito de Cartas de Alforria — Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, IV. Assis (SP), 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo — colônia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963, 7.^a ed.
- REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional*. Rio de Janeiro, Lamoureux, 1883.
- RIOS, José Arthur. Coffee and agricultural Labor. In: PELAEZ, Carlos Manuel (organizador). *Essays on Coffee and Economic Development*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1973.
- RODRIGUES, Antonio Coelho. *Manual do subdito fiel, ou cartas de um lavrador à Sua Majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro, Moreira Máximo e Cia., 1884.
- SCHORER PETRONE, Maria Teresa. Terras devolutas, posses e sesmarias no vale do Paraíba paulista, em 1854. *Revista de História*, (103): 375-399. São Paulo, jul./set. 1975.
- SCHWARTZ, Stuart. A Manumissão dos Escravos no Brasil Colonial — Bahia, 1684-1745. *Anais de História*, VI. Assis (SP), 1974.
- SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da História econômica do café. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Universidade de São Paulo, 1973.
- As conseqüências econômicas da Abolição. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Universidade de São Paulo, 1973.
- SKIDMORE, Thomas. *Black into White. Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York, Oxford University Press, 1974.
- SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Stanford University, 1976 (tese de Doutorado).
- STEIN, Stanley. *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1900*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1957.
- TAVARES BASTOS, A. C. *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1975a, 3.^a ed.
- Cartas do Solitário*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1975b, 4.^a ed.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.